



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1281

PROJETO DE LEI Nº 004/2010

INSTITUI O PLANO DE AMORTIZAÇÃO, PARA EQUACIONAMENTO DO DÍFICIT APRONTADO NO CÁLCULO ATUARIAL DO ANO EXERCÍCIO DE 2010, DANDO NOVA REDAÇÃO, E CRIA OS INCISOS DO I AO VII TODOS DO ART. 14, DA LEI MUNICIPAL Nº 850/2004 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004..

O Presidente da Câmara Municipal de Marechal Deodoro/Al,

Faço saber que a mesma Câmara aprovou e o Senhor Prefeito sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 14 da Lei Municipal nº 850/004, de 28 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescidos do incisos: I, II, III, e IV, e seu “*caput*” terá a seguinte redação:

“Art. 14 – As contribuições de que tratam os incisos I, II, e III do art. 13, terão suas alíquotas de contribuições na forma do disposto dos incisos deste artigo.” (NR)

“I – As contribuições previdenciárias de que tratam o inciso I, do art. 13, desta Lei a serem suportadas pelos poderes Executivos e Legislativos, de suas administrações direta e indireta, autárquica e fundacional, terão uma alíquota patronal total de **18,88% (dezoito inteiros e oitenta e oito décimos percentuais)** incide sobre o total das remunerações contributivas, de todos os servidores efetivos e estatutários segurados obrigatórios do FAPEN sendo esta alíquota dividida na forma dos incisos seguintes;” (AC)



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1281

"II – Na alíquota previdenciária patronal total de que trata o inciso anterior está contido um custo normal de **5,12% (cinco inteiros e doze décimos percentuais)**, conforme apontado no cálculo atuarial do ano de 2010;" (AC)

"III – Na alíquota previdenciária de parte patronal total prevista no inciso I, deste artigo também, está contida uma alíquota suplementar amortizante de **13,76% (treze inteiros e setenta e seis décimos percentuais)**, este custo suplementar serve para amortizar o passivo atuarial apontado no plano atuarial anual de 2010;" (AC)

"IV – Fica instituído, a partir da publicação desta Lei, o plano de amortização para equacionamento do déficit apontado no plano atuarial do ano exercício de 2010, cuja planilha de amortização consta no Anexo Único que desta Lei faz parte, e sofrerá um acréscimo anual de **1,79% (um inteiro e setenta e nove décimo percentuais)** sobre a alíquota patronal suplementar;" (AC)

"V – O plano de amortização será revisto nas avaliações atuariais anuais subsequentes, sendo a sua revisão estabelecida e implementada por ato de competência do chefe do Poder Executivo, que estará contido nas novas planilhas de amortização do déficit atuarial, todos embasados nos cálculos atuariais dos anos exercícios seguintes e correspondentes, permanecendo esta em vigência até que seja procedida nova avaliação de revisão anual do plano atuarial deste município;" (AC)

"VI – A alíquota previdenciária a ser suportada pelos servidores, de que trata o inciso II, do Art. 13, da desta lei permanecerá **11% (onze pontos percentuais)**, incidentes sobre o total da base remuneratória dos segurados obrigatórios deste RPPS;" (AC)



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1281

"VII – A alíquota previdenciária a ser suportada pelos aposentados e pensionistas, de que trata o Inciso III, do Art. 13 desta lei permanecerá de **11% (onze pontos percentuais)**, incidentes sobre a parcela que excede o teto remuneratório do INSS." (AC)

"VII – A alíquota previdenciária a ser suportada pelos aposentados e pensionistas, de que trata o inciso III, do Art. 13 desta lei permanecerá de **11% (onze pontos percentuais)**, incidentes sobre a parcela que excede o teto remuneratório do INSS." (AC)


Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, excetuando-se a majoração da alíquota patronal total prevista nesta lei que em obediência ao **§ 6º do art. 195, da Constituição Federal** entrará em vigor, 90 dias após a data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marechal Deodoro-Al, em 02 junho de 2010.


NEILTON COSTA DA SILVA

Presidente


JOSE WALTER DOS SANTOS
1º Secretário



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr. Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1261


PROJETO DE LEI Nº 004/2010

ANEXO ÚNICO

O passivo atuarial apontado nesta Lei Municipal será amortizado no curso dos próximos 10(dez) anos a uma taxa suplementar inicial de **13,76%(treze inteiros e setenta e seis décimos por cento)** no ano de 2010 que, para os próximo 10 anos, sofrerá um acréscimo anual de **1,79(um inteiro e setenta e nove décimos por cento)**, conforme tabela abaixo:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO	
ANO	Alíquota Amortizante (suplementar)
2010	13,76%
2011	15,55%
2012	17,34%
2013	19,13%
2014	20,92%
2015	22,71%
2016	24,50%
2017	26,29%
2018	28,08%
2019 em diante	29,87%

Câmara Municipal de Marechal Deodoro-AL, 02 de junho de 2010.


NEILTON COSTA DA SILVA
Presidente


JOSE WALTER DOS SANTOS
1º Secretário



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1281

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Ref.: Projeto de Lei nº. 004/2010

Câmara Mun. de Mar. Deodoro-AL
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 02/06/10

Presidente

Os Membros desta Comissão foram instados a apresentar parecer de acordo com o Regimento Interno (art. 39 c/c art. 40, I) sobre o Projeto de Lei nº. 004/2010, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito que o subscreve, o qual "Institui o Plano de Amortização para equacionamento do déficit apontado no cálculo atuarial do ano exercício de 2010, dando nova redação, e cria os incisos do I ao VII todos do art. 14, da Lei Municipal nº 850/2004 de 28 de dezembro de 2004".

A proposta está contida na competência do proponente e não fere qualquer dispositivo legal. Muito pelo contrário, baseada na Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.717/98, busca a garantia e o equilíbrio dos benefícios previdenciários a serem suportados pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marechal Deodoro – FAPEN/MD.

A Magna Carta de 1988, em seu Art. 40, trata com clareza da matéria em apreço, senão vejamos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.



ESTADO DE ALAGOAS

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Rua Dr Tavares Bastos, 55 - Centro - Marechal Deodoro

Fone: (82) 3263-1371 / 3263-1534 / 3263-1281

A partir de uma leitura não mais que superficial do dispositivo legal acima transcrito, conclui-se facilmente que a atualização das alíquotas de contribuição previdenciária objetivando o equilíbrio financeiro e atuarial é completamente legal.

Quanto à forma, em si, do Projeto de Lei, não há empecilho sobre a sua apresentação, tendo sido observados todos os ditames exigidos pela boa técnica legislativa.


Sendo esta uma Comissão também de redação final, entendemos que a proposta, do ponto de vista redacional, encontra-se sem qualquer vício ou defeito, atendendo aos preceitos gramaticais.

Isto posto, esta Comissão é de parecer favorável a regular tramitação regimental do Projeto de Lei n.º 004/2010, e sua conseqüente aprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Marechal Deodoro, 02 de junho de 2010.



Presidente



Relator



Membro